



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Divulgação do ponto de situação dos trabalhos de renovação das licenças de telecomunicações e divulgação do plano da nova lei das telecomunicações

Os serviços de telecomunicações são serviços públicos importantes para Macau e são a chave para o desenvolvimento de uma cidade inteligente, no entanto, nos últimos dez anos, o Governo da RAEM não tem conseguido resolver eficazmente o problema do desenvolvimento do sector das telecomunicações. Em 2011, efectuou-se a liberalização da exploração exclusiva da rede fixa e, posteriormente, uma segunda operadora entrou no mercado, só que o Governo não conseguiu acabar com o monopólio da “utilização exclusiva” dos activos da concessão das telecomunicações, nem conseguiu emitir uma licença de convergência de telecomunicações de acordo com o seu planeamento e o compromisso com o público.

Quanto à política de renovação das licenças, as licenças da Companhia de Telecomunicações de Macau, S.A.R.L. (CTM) e da Companhia de Telecomunicações de MTEL tinham, no início, um prazo de validade entre 24 de Maio de 2013 e 31 de Dezembro de 2021, tendo, posteriormente, sido renovadas por várias vezes por períodos mais curtos, a saber: em Setembro de 2021 foram renovados por mais dois anos; em Dezembro de 2023 foram renovados por nove meses e; em Junho de 2024, foram renovados por mais um ano, ou seja, até 30 de Setembro deste ano. Da mesma forma, o “Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações”,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

que expirava no dia 30 de Setembro de 2024, também foi renovado, provisoriamente, até 30 de Setembro do presente ano.

O Governo propôs, em 2013, que as licenças de telecomunicações enveredassem por uma via de desenvolvimento de “convergência” ou “*triple play*” e, em 2019, efectuou uma sessão de esclarecimento junto do sector sobre o “Regime de Convergência de Redes e Serviços de Telecomunicações”. Nas LAG para 2020, referiu-se, claramente, que os trabalhos de elaboração da respectiva lei estavam concluídos e que se ia dar início ao processo legislativo, no entanto, até ao momento, ainda não se sabe quando é que a nova lei das telecomunicações vai ser implementada. Como esta nova lei ainda não foi implementada, o Governo também não deu qualquer resposta sobre os seus planos em relação a esta matéria depois de Setembro deste ano. E o que nos preocupa é se o Governo vai continuar a adoptar a forma de renovação dos contratos a curto prazo, pois esta forma está a afectar o desenvolvimento do sector devido à impossibilidade de este definir planos de desenvolvimento de longo prazo, o que conseqüentemente, os impedem de efectuar um investimento racional no sector das telecomunicações de Macau e na renovação dos equipamentos, bem como afecta o desenvolvimento profissional dos locais. Tudo isso leva a que os residentes dificilmente consigam ter acesso a serviços de telecomunicações de qualidade.

Eu já tinha interpelado o Governo sobre as licenças de telecomunicações e o seu futuro desenvolvimento, mas a Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações fugiu totalmente às questões-chave da interpelação, alegando que “é preciso tempo para tratar desta matéria” e afirmou que vai “divulgar estas matérias



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

em tempo oportuno”.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Quanto ao ponto de situação do processo legislativo da nova lei das telecomunicações, o Governo tinha proposto que as licenças de telecomunicações enveredassem por uma via de desenvolvimento de “convergência” ou “*triple play*”. Em 2019, o Governo efectuou uma sessão de esclarecimento junto do sector sobre o “Regime de Convergência de Redes e Serviços de Telecomunicações”, e foi proposto a separação em duas licenças, ou seja, uma licença para a convergência, que serve para instalar a respectiva rede de telecomunicações e as respectivas estações e a outra licença serve para a prestação dos diversos serviços de telecomunicações. Mas depois disso, o Governo não divulgou mais nenhum plano e, até ao momento, ainda nada se viu em relação ao respectivo processo legislativo. Devido ao atraso no processo legislativo da nova lei das telecomunicações, as licenças de telecomunicações de Macau estão a ser renovadas por prazos de curta duração. Assim, qual é o plano do novo Governo para o sector das telecomunicações e qual é a calendarização para o processo legislativo da licença de convergência? Vai o Governo apresentar à Assembleia Legislativa, ainda durante este ano, a proposta de lei das telecomunicações? Caso a proposta de lei seja aprovada, o Governo deve lançar, com a maior brevidade possível, o concurso público para a concessão da licença de convergência de telecomunicações, a fim de assegurar a sua rápida implementação, proporcionando, através de um bom regime jurídico, boas infra-estruturas e



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

um bom ambiente para o desenvolvimento das novas tecnologias do sector das telecomunicações em Macau. Vai fazê-lo?

2. O Governo não aproveitou a oportunidade da liberalização da exploração exclusiva da rede fixa, em 2011, para concretizar o uso justo dos activos da concessão, o que levou a que, durante 13 anos, esses activos se mantivessem numa situação de uso exclusivo, causando graves entraves ao desenvolvimento justo e saudável do sector das telecomunicações. Nos últimos anos, o Governo renovou várias vezes, por curto prazo, o contrato de gestão dos “activos da concessão” com a CTM com fundamento do termo do contrato, sendo que o prazo do último contrato expira em Setembro deste ano. O sector afirmou que faltavam cerca de oito meses para o termo do actual contrato. Como as infra-estruturas de telecomunicações têm de funcionar 24 horas por dia e não podem ser interrompidas, se o Governo quiser assegurar uma gestão independente e utilização justa dos activos da concessão, após o termo do contrato em finais de Setembro do corrente ano, o Governo deve clarificar, quanto antes, as actuais políticas, definir os princípios de utilização justa e os planos de gestão sobre a utilização justa dos activos da concessão, bem como proceder à abertura do respectivo concurso público. Depois do termo desse contrato, o Governo vai honrar o seu compromisso e concretizar uma utilização justa dos activos da concessão? Em caso afirmativo, qual será o modelo em concreto e quando é que vai ser lançado o respectivo concurso público? Ou será que o novo Governo se está a preparar para renovar, constantemente, o actual modelo de concessão, por forma a que os activos da concessão do Governo



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

continuem a ser utilizados de forma injusta e em regime de exclusividade?

3. Ao longo dos anos, o Governo não delineou um plano de desenvolvimento para o sector das telecomunicações, e há mais de dez anos que o Governo não emite uma licença de convergência de telecomunicações. Mais, recentemente o Governo renovou, novamente, a curto prazo, as licenças de telecomunicações, mas esta faz com que o sector não possa dispor de um plano de desenvolvimento a longo prazo e impede-o de investir nas novas tecnologias e na formação de quadros locais qualificados, dando assim origem a uma ruptura dos quadros locais. Com vista a prevenir que os erros do passado se voltem a repetir, o Governo deve criar uma comissão consultiva para o desenvolvimento do sector das telecomunicações, auscultando, de forma permanente e activa, as opiniões do sector e as partes interessadas sobre os trabalhos de fiscalização e o plano de desenvolvimento do sector. Vai fazê-lo? Com vista a permitir que os jovens e as pessoas que queiram mudar de profissão tenham oportunidades em participar no desenvolvimento do sector das telecomunicações, o Governo deve ponderar colmatar as insuficiências do passado, definindo planos para a formação e desenvolvimento de quadros qualificados locais para esta área. Vai fazê-lo?

28 de Janeiro de 2025

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Lam U Tou